

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019





Índice

Órgãos Sociais	3
Introdução.....	4
Caraterização da Concessão	7
Atividade empresarial.....	7
Tráfego.....	7
Sinistralidade	8
Áreas de Serviço	10
Investimento.....	10
Conservação e manutenção	10
Ambiente.....	10
Recursos Humanos	11
Sistemas de Informação	13
Atividades APCAP	13
Sistema Gestão da Qualidade.....	13
ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA.....	14
Proveitos Operacionais.....	14
Custos Operacionais	15
Resultados	15
Ativo	16
Capital Próprio e Passivo	17
Proposta de Aplicação de Resultados	18
Perspetivas para 2020	18
Demonstrações Financeiras 2019.....	20
Anexo às Demonstrações Financeiras	25



Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Manuel Eduardo Henriques de Andrade Lamego – *Presidente**

Manuel de Sousa Pereira - *Vogal**

João Adolfo de Brito Portela - *Vogal*

José António Labarra Blanco - *Vogal*

José Ramón Ballesteros Martínez - *Vogal*

Luis Rua Geraldes - *Vogal*

Manuel António Garcia de Matos - *Vogal*

Maria Esther Ayuso Gil - *Vogal*

* Administrador Delegado

Mesa da Assembleia-Geral

Alexandre Cabral Corte-Real de Albuquerque - Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Tiago Severim de Melo Alves dos Santos - Secretário da Mesa

Conselho Fiscal

Joaquim Oliveira de Jesus – presidente

Fernando Marques Oliveira – vogal

Pedro Miguel Pereira Manso – vogal

João António Martins de Sousa e Moura – suplente

Pedro Manuel Palma Monteiro Varela – suplente

Deloitte & Associados, SROC S.A.,

Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz, Roc Nº 1146

Suplente

Duarte Nuno Passos Galhardas, Roc nº 1003.



Introdução

Beneficiando de um ambiente socioeconómico positivo, a AEA – Auto-Estradas do Atlântico desenvolveu a sua atividade no ano de 2019 com resultados muito positivos, verificando-se mais um ano de crescimento do tráfego e das receitas, com um controlo dos custos, assegurando o cumprimento das suas obrigações contratuais.

Em cumprimento da condição subsequente à reestruturação acionista de maio de 2018 colocada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, em representação do Estado Concedente, os dois acionistas alienaram 3 ações a empresas por si detidas. A Via Oeste, SGPS transferiu 1 ação para a Brisa Operação e Manutenção, SA e 1 ação para a Brisa Gestão de Infraestruturas, SA, enquanto a Roadis Concessões Portugal transferiu 1 ação para a Roadis Transportation Holding, SLU.

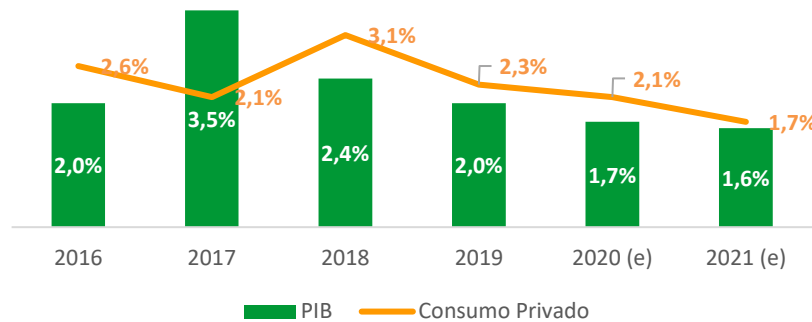
Desta forma a AEA passou a ser detida indiretamente, em 50% pela Brisa Auto-Estradas de Portugal, SA, através da Via Oeste, SGPS, da Brisa Operação e Manutenção, SA e da Brisa Gestão de Infraestruturas, SA e, também indiretamente em 50%, pela sociedade Roadis Transportation Holding, SLU, sociedade de direito espanhol e veículo de investimento em infraestruturas rodoviárias detida pelo Public Sector Pension Investment Board, uma das maiores sociedades de gestão de fundos de pensões do Canadá, com 49,99% a serem diretamente detidos através da Roadis Concessões Portugal, SA.

Enquadramento Macroeconómico

Em Portugal, a conjuntura macroeconómica continuou a revelar-se favorável ao longo de 2019, suportada essencialmente pelo dinamismo da procura doméstica. Apesar do ligeiro abrandamento verificado, os três indicadores com maior influência na atividade da AEA mantiveram uma evolução positiva, tendo o **Produto Interno Bruto (PIB)** registado um crescimento de 2,2% em 2019 (o que compara com 2,6% no ano anterior), o **Consumo Privado** aumentado 2,3% (o que compara com 2,9% no ano anterior) e o **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** registado um aumento de 0,3% (face a 1,2% em 2018).

Após o crescimento superior a 2,0% registado nos últimos anos, o Banco de Portugal estima que o PIB português cresça 1,7% e 1,6% em 2020 e 2021, respetivamente. A incerteza em torno do comércio mundial é apontada como a principal causa deste abrandamento. O Consumo Privado também deverá seguir essa trajetória de desaceleração, sendo estimado um crescimento de 2,1% e 1,9% em 2020 e 2021, respetivamente. Já a inflação deverá manter-se moderada nos próximos anos, tendo o Banco de Portugal uma projeção de 0,9% e 1,2% para o IHPC em 2020 e 2021, respetivamente.

Evolução do PIB e do Consumo Privado em Portugal



Fonte: Projeções do Banco de Portugal

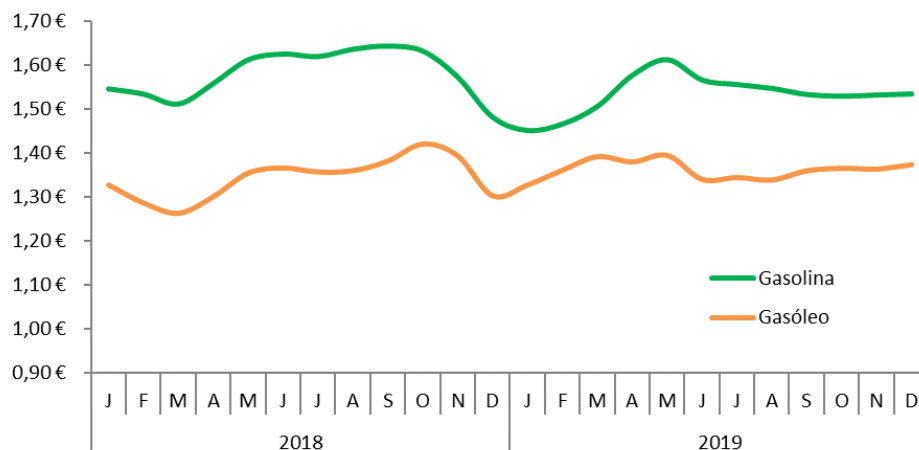
Combustíveis Rodoviários

Em 2019, o preço médio anual de venda ao público do gasóleo em Portugal aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+1,4%). Pelo contrário, o preço da gasolina diminuiu 2,9%, contrariando a tendência registada nos dois últimos anos.

Preço médio anual de venda ao público dos combustíveis rodoviários em Portugal

	2018	2019	Δ%
Gasolina	1,58€	1,53€	-2,9%
Gasóleo	1,34€	1,36€	1,4%

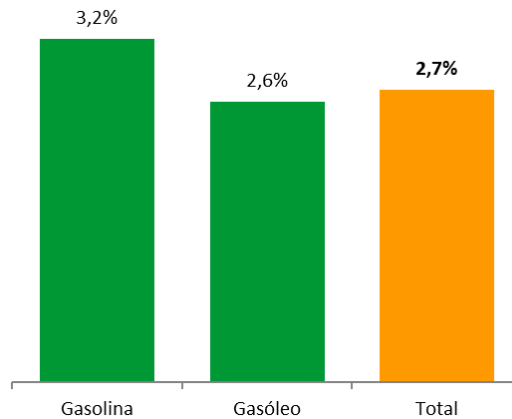
Evolução mensal do preço de venda ao público dos combustíveis rodoviários em Portugal



Fonte: DGEG, Direção Geral de Energia e Geologia

Neste contexto, o volume de vendas de combustíveis registou um crescimento positivo de 2,7%, suportado pelo aumento de 3,2% registado nas vendas de gasolina.

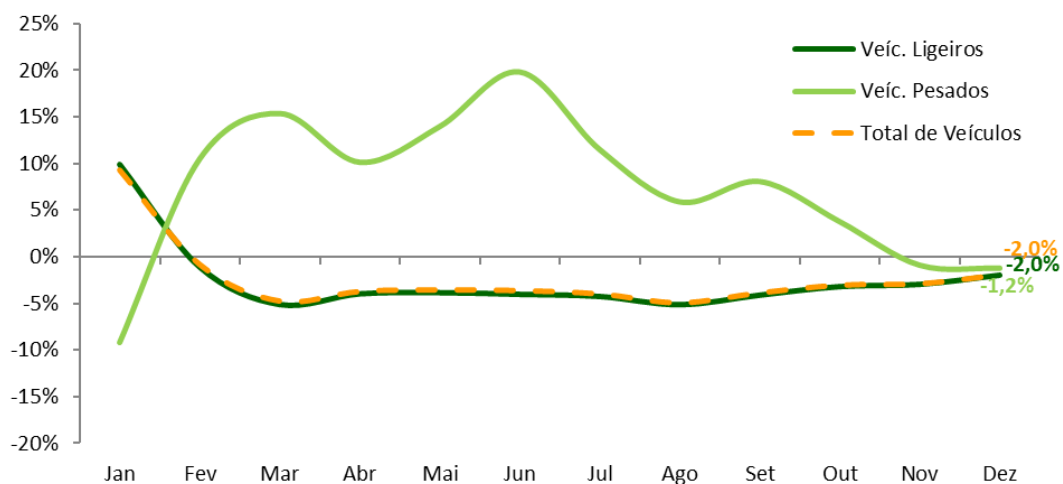
Venda dos combustíveis rodoviários em Portugal



Mercado Automóvel

Em 2019 foram vendidos aproximadamente 268 mil veículos em Portugal, o que corresponde a uma queda de 2,0% face a 2018. Manteve-se assim a tendência de estabilização no ritmo de crescimento das vendas de automóveis em relação aos anos anteriores (crescimento de 2,6% em 2018, de 7,7% em 2017 e de 15,8% em 2016).

Evolução mensal acumulada das vendas de veículos novos em Portugal



Fonte: ACAP, Associação Automóvel de Portugal



Caraterização da Concessão

A Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. (AEA) tem como objeto social a conceção, construção, financiamento, exploração e conservação de autoestradas e outras redes viárias, na zona Oeste de Portugal, compreendendo a A8 – Auto-estrada do Oeste entre Olival de Basto (Lisboa) e Leiria Sul e a A15 – Auto-estrada Arnóia – Santarém, num total de 170 km.

A rede encontra-se totalmente construída e em operação, terminando a sua concessão em dezembro de 2028.

	Total	Extensão (em kms)			
		perfil		portagem	
		2x2	2x3	com	sem
A8 – Lisboa - Leiria	129,8	73,7	56,1	103,8	26,0
A15 – Arnóia – Santarém	40,2	40,2		40,2	
Extensão da rede	170,0	113,9	56,1	144,0	26,0

Atividade empresarial

Tráfego

O período de crescimento ininterrupto desde há cinco anos, já tinha permitido que em 2018 se alcançassem os níveis de tráfego atingidos em 2009; em 2019 esse crescimento de tráfego continuou, consolidando-se os níveis de utilização das infraestruturas após o ciclo de redução de tráfego entre 2010 e 2013.

O tráfego médio diário anual (TMDA) na rede com portagem cresceu + 4,9%, face a 2018.

Lanços com portagem	2017	2018	2019	Δ % 2019/2018
A8 (Sul)				
- Tráfego Médio Diário Anual	28 206	29 637	30 981	4,5%
- Circulação	562	590	617	4,5%
A8 (Norte)				
- Tráfego Médio Diário Anual	11 221	12 013	12 772	6,3%
- Circulação	202	216	230	6,3%
A8 (Total)				
- Tráfego Médio Diário Anual	20 147	21 275	22 342	5,0%
- Circulação	763	806	847	5,0%
A15				
- Tráfego Médio Diário Anual	4 615	4 797	4 991	4,0%
- Circulação	68	70	73	4,0%
Total da Rede pagante				
- Tráfego Médio Diário Anual	15 810	16 674	17 496	4,9%
- Circulação	831	877	920	4,9%

TMDA – tráfego médio diário anual

Circulação - $(\sum \text{Veículos} \times \text{quilómetros} \times \text{dias de operação}) / 10^6$

O subsistema com maior crescimento continuou a ser a A8(norte) com +6,3%. Por autoestrada, a A8 cresceu +5,0%, tendo a A15 aumentado 4,0%.

O TMDA na rede com portagem foi de 17 496 veículos em 2019, verificando-se uma utilização média diária superior em 822 veículos, comparativamente a 2018.

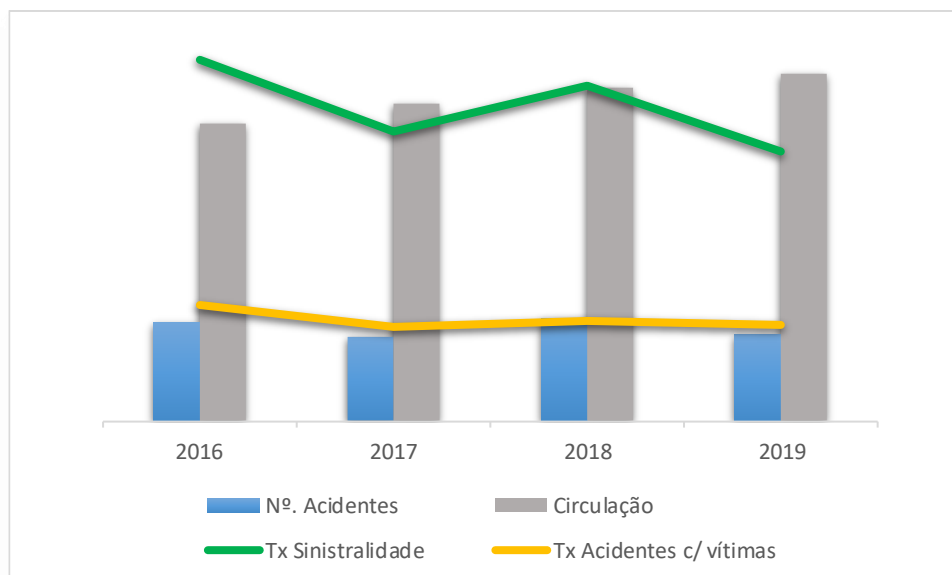
Na rede com portagem da AEA, os veículos ligeiros representaram 95,9%, tendo crescido 4,9%, e os veículos pesados pesaram 4,1%, com um aumento mais acentuado de 6,9%. Esta evolução levou a que os pesados tenham aumentado marginalmente o seu peso em 0,1 pontos percentuais.

Sinistralidade

Os indicadores de sinistralidade tiveram um comportamento positivo durante 2019, invertendo-se a tendência a que se tinha assistido em 2018. A AEA dedica uma atenção e esforços em permanência à temática da sinistralidade e é com satisfação que regista um decréscimo de 19,6% nessa taxa, quando comparada com o ano anterior. Esse comportamento positivo, para além de todo o envolvimento e investimento da Empresa, também deve ser atribuído aos condutores, tendo-se

registado um decréscimo do número de acidentes em 2019 (315) face a 2017 (375), não se tendo verificado qualquer vítima mortal.

	2017	2018	2019
Número Acidentes ⁽¹⁾	309	375	315
Número de mortos	1	2	0
Número de feridos graves	13	9	12
Acidentes com feridos ligeiros	86	104	103
Acidentes com feridos graves	12	6	9
Acidentes com mortos	1	2	0
Total de acidentes com vítimas ⁽²⁾	99	112	112
Taxa de Sinistralidade ^{(1)/(3)}	265,9	307,4	247,2
Taxa de Acidentes com vítimas ^{(2)/(3)}	85,2	91,8	87,9
Circulação rede total (10⁹veic x km) ⁽³⁾	1,162	1,220	1,274



A taxa de acidentes com danos corporais em 2019 seguiu em linha com a tendência decrescente da taxa de sinistralidade, tendo tido uma diminuição de 4,3% face ao ano de 2018.

Em 2019 não foi registado nenhum ponto negro na rede.



Áreas de Serviço

O novo contrato de subconcessão da Área de Serviço de Loures iniciou-se em 1 de janeiro de 2019 por um prazo que terminará em dezembro de 2028.

Investimento

(em euros)

	2 017	2 018	2 019
Equipamento de Sinalização e Segurança	352 315	219 017	63 838
Equipamento de Portagem	371 481	178 425	180 854
Outro equipamento	99 093	85 814	509 170
<i>Equipamento</i>	<i>822 890</i>	<i>483 257</i>	<i>753 863</i>
Trabalhos em curso - Estudos e projeto			14 670
Pavimentos (*)	4 970 141	3 480 182	2 134 177
Total	5 793 032	3 963 439	2 902 709

(*) em termos contabilísticos são considerados custos correntes, através da rubrica Provisões (IFRIC12)

Em 2019 assume realce o início do projeto de segurança de redes e sistemas e o montante investido na qualidade e segurança de pavimentos.

Conservação e manutenção

A Empresa realizou a campanha anual de auscultação dos pavimentos (deflexões, atrito, textura e irregularidade longitudinal) em toda a extensão da rede concessionada, incluindo nós de ligação à rede viária. Igualmente foram realizadas as inspeções às obras de arte e pórticos, assim como de taludes.

Igualmente prosseguiram as atividades rotineiras de intervenção pontual em pavimentos, bem como as corretivas, resultantes das inspeções e monitorização realizadas nas obras de arte, pórticos, sinalização ou taludes.

Relativamente aos trabalhos de conservação e manutenção não corrente há a salientar a beneficiação do pavimento do sublanço Delgada – São Mamede, na A8.

Ambiente

Prosseguiram as atividades de instalação de barreiras acústicas identificadas nos estudos de acompanhamento realizados.



Recursos Humanos

Em finais de 2019, o número de efetivos era de 154 colaboradores, resultando da contratação de um novo colaborador, da cessão de posição contratual de 2 e da revogação de 5 contratos de trabalho.

	2017	2018	2019
Sede	39	38	36
Centro Assistência e Manutenção	31	31	31
Portagens	95	91	87
Homens	116	112	108
Mulheres	49	48	46
Efetivo	165	160	154
Média Etária (anos)	45,3	46,4	47,2
Taxa de Absentismo	5,2%	4,8%	5,0%

O acréscimo observado na taxa de absentismo resultou da existência de 2 colaboradores em licença sem vencimento por obrigações legais; sem essas duas ocorrências a taxa de absentismo diminuiria para 4,4%. A taxa de absentismo remunerado manteve-se sensivelmente ao mesmo nível (passou de 0,44% para 0,46%).

Negociação Coletiva

Após um extenso processo de negociação, foi possível chegar a um acordo para a revisão anual do Acordo Coletivo de Trabalho (subscrito por AEA e pelo Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços – SETACCOP).

No final de abril encerrou-se, sem acordo, o processo de conciliação, aberto pelo CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal junto do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, no âmbito da proposta daquele sindicato para a criação de um segundo Acordo Coletivo de Trabalho.

Desempenho

O processo anual de avaliação do desempenho englobou 138 colaboradores e progrediram na carreira, em resultado deste processo, 23 colaboradores.



Formação

A AEA continuou a dedicar especial atenção à formação dos seus colaboradores, tendo sido utilizadas 2 750 horas, o que representou, entre custos diretos e indiretos, um investimento de 58 000€. Merece destaque, pelo número de colaboradores envolvidos e pelo volume de formação (22 colaboradores e mais de 1 700 horas), a formação em “desenvolvimento em língua inglesa”.

Saúde e Segurança no Trabalho

Na componente saúde, realizaram-se 162 consultas de medicina no trabalho e 72 de clínica geral (medicina curativa), 149 pacotes de análises clínicas e forneceram-se 63 vacinas contra a gripe.

No âmbito da segurança no trabalho, e continuando a instalação de dispositivos de proteção das cabinhas de portagem adjacentes às vias verde de Loures, realizada em 2018, procedeu-se a idênticas proteções nas cabinhas adjacentes às vias verdes do Bombarral e da Tornada.

Procedeu-se, através de auditorias externas, à avaliação dos riscos profissionais em todas as instalações da empresa.

Iniciou-se em 2019, e está a ser continuado em 2020, um programa de formação em extinção de incêndios, com a colaboração da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, que tem como objetivo formar todos os colaboradores com as técnicas básicas de combate a incêndios. Em 2019 já participaram neste programa 89 colaboradores.

O “Questionário no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho – 2019” obteve respostas de 91 colaboradores.

Responsabilidade Social Interna

A responsabilidade social de AEA para com os seus colaboradores e famílias assenta, no essencial, em duas vertentes:

- saúde, consubstanciada em políticas de saúde no trabalho, que vão muito além do definido legalmente (por ex.: vacinação contra a gripe, medicina curativa, análises médicas, exames auxiliares de diagnóstico), e no pagamento de um seguro de saúde a todos os colaboradores;
- família, garantindo a todos os colaboradores um seguro de vida, um seguro de acidentes pessoais e pagando AEA um seguro de saúde a todos os 2ºs filhos e seguintes

Uma referência à festa de Natal para os filhos dos colaboradores, onde AEA proporcionou um momento de convívio entre os colaboradores e respetivas famílias, tendo-se procedido à oferta de 101 presentes aos filhos com menos de treze anos.



Sistemas de Informação

Telemática e Equipamentos de Portagem

Na área de telemática e de equipamentos de portagem prosseguiu o programa de substituição/modernização das câmaras móveis, assim como dos equipamentos de portagem (servidores, painéis, semáforos, antenas, baterias). Igualmente foi iniciado o projeto de migração do sistema de pagamento com cartões bancários de um sistema *off-line* para um sistema *on-line*.

Aplicações e Base de Dados

A componente aplicacional e de base de dados igualmente mereceu atenção, instalando-se novas *releases* e disponibilizando-se novas funcionalidades, não só no âmbito da telemática ou cobrança de portagem, mas igualmente em diversos sistemas de apoio ao negócio e à gestão.

Redes e Sistemas

Na sequência dos trabalhos iniciados no ano anterior, arrancou o projeto de cibersegurança, que abrange a renovação de equipamentos, a redundância da rede de comunicações e a melhoria da segurança da infraestrutura.

Atividades APCAP

Participando ativamente na Associação Portuguesa de Concessionárias de Autoestradas e Pontes (APCAP), acompanhou os Programas Europeus MedTIS, ArcAtlantic e C-Roads, bem como os de cobrança de portagens transfronteiriços.

Sistema Gestão da Qualidade

A AEA garantiu a continuação da sua certificação no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), tendo sido realizadas as normais auditorias internas desse sistema de qualidade.



ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Proveitos Operacionais

As tarifas de portagem foram atualizadas em 0,79% no dia 1 de janeiro de 2019, de acordo com o contrato de concessão, tendo as taxas de portagem sofrido um acréscimo menor, em virtude do mecanismo contratual de arredondamento dos respetivos valores.

O acréscimo já referido do tráfego, conduziu a que os proveitos de portagem subissem + 5,7% quando comparados com os valores do ano anterior.

(em milhares de euros)

Receitas operacionais	2017	2018	2019	Δ% 2019-2018
Portagens	66 167,30	70 119,11	74 133,26	5,7%
Assistência a clientes	8,74	8,38	7,70	-8,2%
Áreas de serviço	1 565,76	1 372,59	2 373,36	72,9%
Total	67 741,79	71 500,08	76 514,32	7,0%

A faturação das áreas de serviço cresceu 73% quando comparada com o ano de 2018; este acréscimo resulta essencialmente das condições de remuneração associadas à renegociação e outorga da subconcessão da Área de Serviço de Loures.

A Via Verde, com 78,4%, continuou a ser o meio de pagamento mais utilizado pelos clientes, seguido do multibanco (11,1%). O pagamento em numerário foi o terceiro meio mais utilizado (10,3%).

A utilização de meios de pagamento automáticos (Via Verde) voltou a crescer; de 76,7% em 2018 (74,8% em 2017 e 73,1% em 2016) atingiu os 78,4% no ano de 2019. Ao invés, os métodos de pagamento na via manual regrediram de 23,3%, em 2018, (26,9% em 2016 e 25,2% em 2017) para 21,6% em 2019.



(em euros)

Meios de pagamento	Valor	%
Via Verde	58 134 896,9	78,4%
- Contratos	57 933 203,4	78,1%
- Faturas	201 693,5	0,3%
Via Manual	15 998 359,6	21,6%
- Numerário	7 650 148,3	10,4%
- Multibanco	8 259 999,0	11,1%
- Faturas	71 473,2	0,1%
- Outros	16 739,1	0,0%
Total	74 133 256,5	100,0%

Custos Operacionais

Os custos operacionais atingiram 18 596 milhares de euros, registando um aumento de 3,2%.

Este acréscimo decorreu do aumento dos custos com Pessoal, em 2,6%, e dos Fornecimentos e Serviços Externos, em 3,5%. Nos Fornecimentos e Serviços Externos, verifica-se um aumento muito significativo nas verbas de conservação e manutenção correntes, nomeadamente de taludes, drenagens e obras de arte.

Resultados

Com um aumento de proveitos superior ao dos custos, a margem operacional bruta (EBITDA) melhorou 8,7%.

A AEA apresentou, no final do exercício, um resultado líquido positivo de 19 780 mil euros.

Cumulativamente ao aumento da margem operacional, a redução da Dívida da Empresa refletiu-se muito positivamente no abaixamento dos custos financeiros, tendo estes dois efeitos um importante contributo para o acréscimo de resultados líquidos. Em sentido contrário, verificou-se o aumento das Provisões para Obras, nos termos da IFRIC12 e o acréscimo de Imposto sobre o Rendimento.

Com estes resultados positivos, a AEA reforçou os seus Capitais Próprios.



(em milhares de euros)

Indicadores	2017	2018	2019	Variação	
				2019-2018	%
Proveitos operacionais	69 014	72 725	78 080	5 356	7,4%
Proveitos de portagem	66 167	70 119	74 133	4 014	5,7%
Outros proveitos operacionais	2 847	2 606	3 947	1 342	51,5%
Custos operacionais	18 271	18 023	18 596	573	3,2%
Subcontratos	5 893	5 911	5 497	-414	-7,0%
Outros fornecimentos e serviços externos	6 388	6 530	7 385	855	13,1%
Gastos com o pessoal	5 732	5 380	5 518	138	2,6%
Outros custos operacionais	258	202	196	-6	-3,0%
"Cash flow" operacional (EBITDA)	50 742	54 702	59 484	4 782	8,7%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>73,5%</i>	<i>75,2%</i>	<i>76,2%</i>		
Depreciações e amortizações	21 322	21 355	21 255	-100	-0,5%
Perdas por imparidade (valor líquido)	33	64	81	18	27,8%
IFRIC 12 (grandes reparações; valor líquido)	2 294	4 541	5 799	1 258	27,7%
Resultado de exploração (EBIT)	27 093	28 742	32 349	3 607	12,5%
<i>Margem EBIT (%)</i>	<i>39,3%</i>	<i>39,5%</i>	<i>41,4%</i>		
Resultado financeiros	-9 797	-6 788	-5 426	1 362	20,1%
Resultado antes de impostos	17 296	21 954	26 923	4 969	22,6%
Impostos do exercício	-4 577	-5 875	-7 143	-1 268	21,6%
Resultado líquido	12 719	16 079	19 780	3 701	23,0%

Ativo

A AEA foi autorizada a substituir a *EIB Debt Service Reserve Account* e a *Investment Reserve Account* por garantias bancárias.

Como se menciona mais à frente, esses montantes libertados foram utilizados pela Empresa no pagamento de uma parte da sua Dívida.

O Ativo (tangível e intangível) Líquido reduziu-se em cerca de 46,9 milhões de euros, com especial enfoque no efeito da utilização das contas de reserva (24,4 milhões de euros) e das Amortizações e Reintegrações do exercício (21,3 milhões de euros).

A empresa apresentava em 31 de dezembro de 2019 um saldo em Caixa e Depósitos Bancários de 3,5 milhões de euros.



(em milhares de euros)

	2018	Movimento	2019
Ativo intangível	196 009	-19 760	176 249
Outro ativos não correntes	13 129	365	13 494
Caixa e depósitos bancários	31 684	-28 206	3 477
Outro ativos correntes	4 533	741	5 274
Total do Ativo	245 354	-46 860	198 494
Divida remunerada	202 741	-69 192	133 548
Outro passivo não corrente	26 208	1 465	27 672
Outro passivo corrente	9 010	1 088	10 099
Total do Passivo	237 959	-66 639	171 320
Capital Social	55 000	0	55 000
Resultados transitados e reservas	-63 683	16 078	-47 605
Resultados líquido	16 079	3 701	19 780
Total do Capital Próprio	7 395	19 779	27 174

Capital Próprio e Passivo

O resultado positivo de 2019 permitiu que os Capitais Próprios praticamente atingissem 50% do Capital Social. No entanto, a AEA continua abrangida pelas disposições do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo expectável que no próximo exercício, em virtude da evolução prevista da Empresa, os capitais próprios se situem a níveis acima dos legalmente requeridos.

A rubrica de Financiamentos Obtidos, repartidos em Balanço entre correntes e não correntes, tem a seguinte composição:

(em milhares de euros)

Dívida remunerada	2019	Movimento	2018
Empréstimo BEI	34 431	-16 444	50 875
Stand-by Facility	0	-45 429	45 429
Total da dívida bancária	34 431	-61 873	96 305
Suprimentos: Capital	90 404	21 291	69 114
Suprimentos: Juros	8 713	-28 610	37 323
Total de suprimentos	99 117	-7 319	106 436
Total	133 548	-69 192	202 741

De salientar a amortização final da *Stand-by Facility* (45,4 milhões de euros), realizada em dezembro de 2019, para além da amortização anual prevista do empréstimo BEI (16,4 milhões de euros).



De referir ainda a amortização de cerca de 28,6 milhões de euros de juros de suprimentos, bem como a injeção de novos suprimentos (21,3 milhões de euros) pelos acionistas, para a Empresa fazer face ao pagamento da *stand-by facility*.

Durante 2019, a Dívida Total da Empresa diminuiu 69,2 milhões de euros.

Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício de 2019 encerrou-se com um resultado líquido de 19 779 731,97 euros, propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja levado à conta de Resultados Transitados.

Perspetivas para 2020

A AEA deverá continuar a beneficiar do ambiente socioeconómico positivo em Portugal, o qual terá um reflexo muito importante na evolução da Empresa.

Prevendo-se o crescimento de tráfego, conjugado com uma menor variação dos custos operacionais, estima-se um aumento dos resultados.

As atividades operacionais e de investimento continuarão a assegurar, não só o cumprimento das suas obrigações contratuais, como a operação de excelência da sua rede e a satisfação dos seus clientes.

Para além, das atividades correntes de inspeção, monitorização e conservação das infraestruturas, a Empresa continuará o seu programa de intervenção em pavimentos e de substituição de vedações, de sinalização vertical e horizontal ou de pórticos, no âmbito do seu plano de investimento.

Prosseguir-se-á com a atualização e adequação dos sistemas de telemática, de portagem e de gestão adequando-se a Empresa à rápida e constante evolução tecnológica, com especial destaque para as áreas de segurança de redes e sistemas e de meios de pagamento.

É assim com otimismo que o Conselho de Administração encara o ano de 2020, acreditando que a atuação da AEA contribuirá para a satisfação dos seus clientes, para o cumprimento das suas obrigações contratuais e para a geração e salvaguarda de valor da empresa.



Cumpre-nos deixar uma palavra de apreço pelo profissionalismo, empenho e dedicação de todos os colaboradores, e de agradecimento pela cooperação e apoio prestados pelo Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas e demais Entidades que connosco se relacionam.

Finalmente, o nosso reconhecimento aos acionistas pela continuada confiança.

Catefica, 26 de março de 2020

O Conselho de Administração

Manuel Eduardo Henriques de Andrade Lamego
Presidente

Manuel de Sousa Pereira
Vogal

João Adolfo de Brito Portela
Vogal

José António Labarra Blanco
Vogal

José Ramón Ballesteros Martínez
Vogal

Luis Rua Geraldés
Vogal

Manuel António Garcia de Matos
Vogal

Maria Esther Ayuso Gil
Vogal



Demonstrações Financeiras 2019



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Vendas e serviços prestados	19	76 514 316,87	71 500 079,90
Fornecimentos e serviços externos	20	-12 882 214,16	-12 441 231,67
Gastos com o pessoal	21	-5 518 357,46	-5 379 871,05
Imparidade de dívidas a receber	12	-81 424,28	-63 724,63
Provisões (aumentos / reduções)	15	-4 554 151,31	-3 236 390,15
Outros rendimentos e ganhos	23	1 566 164,49	1 224 661,60
Outros gastos e perdas	24	-195 532,42	-201 619,49
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		54 848 801,73	51 401 904,51
(Gastos) / reversões de depreciações e de amortizações	7 e 8	-21 255 006,26	-21 355 470,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33 593 795,47	30 046 433,85
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	20 246,85
Juros e gastos similares suportados	22	-6 670 762,96	-8 112 507,22
Resultado antes de impostos		26 923 032,51	21 954 173,48
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	-7 143 300,58	-5 875 417,00
Resultado líquido do exercício		<u>19 779 731,93</u>	<u>16 078 756,48</u>
Resultado por ação básico	25	1,80	1,46

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	6 345 067,25	7 074 637,32
Ativos intangíveis	8	176 248 787,72	196 008 832,79
Investimentos financeiros		1 035,71	592,34
Ativos por impostos diferidos	9	7 147 957,75	6 053 862,44
Total do ativo não corrente		<u>189 742 848,43</u>	<u>209 137 924,89</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	12	4 055 612,25	3 518 384,64
Outros créditos a receber	10	702 213,43	671 909,26
Diferimentos	11	660 435,79	342 278,25
Caixa e depósitos bancários	4	3 477 443,63	31 683 778,36
Total do ativo corrente		<u>8 895 705,10</u>	<u>36 216 350,51</u>
Total do activo		<u>198 638 553,53</u>	<u>245 354 275,40</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	14	55 000 000,00	55 000 000,00
Reserva legal	14	82 301,65	82 301,65
Outras reservas		17 408,06	17 408,06
Resultados transitados		-47 712 164,31	-63 790 920,79
Outras variações no capital próprio	14	7 073,43	7 871,07
		<u>7 394 618,83</u>	<u>-8 683 340,01</u>
Resultado líquido do exercício		<u>19 779 731,93</u>	<u>16 078 756,48</u>
Total do capital próprio		<u>27 174 350,76</u>	<u>7 395 416,47</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	24 789 376,83	21 259 652,83
Financiamentos obtidos	17	116 894 494,39	141 317 235,02
Diferimentos	11	528 426,91	2 826 603,37
Total do passivo não corrente		<u>142 212 298,13</u>	<u>165 403 491,22</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	15	2 256 479,84	2 121 283,09
Fornecedores		1 801 583,17	1 825 141,21
Estado e outros entes públicos	13	4 961 763,98	4 936 084,36
Financiamentos obtidos	17	16 653 999,43	61 423 643,48
Outras dívidas a pagar	18	2 980 042,71	2 188 123,28
Diferimentos	11	598 035,50	61 092,29
Total do passivo corrente		<u>29 251 904,63</u>	<u>72 555 367,71</u>
Total do passivo		<u>171 464 202,77</u>	<u>237 958 858,93</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>198 638 553,53</u>	<u>245 354 275,40</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		93 261 091,89	86 895 669,65
Pagamentos a fornecedores		-16 723 683,45	-16 771 106,51
Pagamentos ao pessoal		-5 272 322,03	-5 128 799,41
Fluxos gerados pelas operações		71 265 086,41	64 995 763,73
Pagamento de imposto sobre o rendimento		-7 962 629,70	-3 955 863,06
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		-14 074 070,75	-11 247 490,08
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>49 228 385,96</u>	<u>49 792 410,59</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	22 084,75
		0,00	22 084,75
Pagamentos respeitantes a:			0,00
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		-2 615 917,71	-5 554 500,01
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>-2 615 917,71</u>	<u>-5 532 415,26</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Suprimentos	17	21 290 537,28	0,00
		21 290 537,28	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	-62 202 631,78	-32 043 468,49
Juros e gastos similares		-2 666 132,21	-2 875 097,99
Comissões de garantias bancárias		-787 271,46	-404 798,88
Outros encargos financeiros		-404 438,45	-765 032,31
Suprimentos e respetivos juros	17	-30 048 866,36	-9 987 911,00
		-96 109 340,26	-46 076 308,67
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>-74 818 802,98</u>	<u>-46 076 308,67</u>
Variação das contas de reserva (4)	4	-23 743 858,50	1 679 080,31
Efeito das diferenças de câmbio			
Variação de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) - (4)		-4 462 476,23	-3 495 393,65
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	7 909 235,24	11 404 628,89
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	3 446 759,01	7 909 235,24

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2017		55 000 000,00	82 301,65	17 408,06	-76 510 021,38	8 668,71	12 719 100,59	-8 682 542,37
Aplicação do resultado de 2017:								
Transferência para resultados transitados	14	0,00	0,00	0,00	12 719 100,59	0,00	-12 719 100,59	0,00
Movimentos ocorridos no exercício:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reconhecimento de subsídios	14	0,00	0,00	0,00	0,00	-797,64	0,00	-797,64
Resultado líquido do exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 078 756,48	16 078 756,48
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>55 000 000,00</u>	<u>82 301,65</u>	<u>17 408,06</u>	<u>-63 790 920,79</u>	<u>7 871,07</u>	<u>16 078 756,48</u>	<u>7 395 416,47</u>
Aplicação do resultado de 2018:								
Transferência para resultados transitados	14	0,00	0,00	0,00	16 078 756,48	0,00	-16 078 756,48	0,00
Movimentos ocorridos no exercício:								
Reconhecimento de subsídios	14	0,00	0,00	0,00	0,00	-797,64	0,00	-797,64
Resultado líquido do exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 779 731,93	19 779 731,93
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>55 000 000,00</u>	<u>82 301,65</u>	<u>17 408,06</u>	<u>-47 712 164,31</u>	<u>7 073,43</u>	<u>19 779 731,93</u>	<u>27 174 350,76</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

1. A Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “Concessionária”) com sede em Torres Vedras, foi constituída em 4 de novembro de 1998 e tem como objeto social a conceção, construção, financiamento, exploração e conservação de autoestradas e outras redes viárias, na zona Oeste de Portugal. De acordo com os seus estatutos, a Empresa durará pelo período em que vigorar a concessão que lhe foi atribuída.

Através do Decreto-Lei nº 393-A/98, de 4 de dezembro, foram aprovadas as bases da concessão atribuída à Empresa dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados na zona Oeste de Portugal, tendo em 21 de dezembro de 1998 sido assinado, com o Estado Português, o contrato de concessão. Este prevê que a concessão seja válida pelo período compreendido entre as vinte e quatro horas de 21 de dezembro de 1998 e as vinte e quatro horas de 21 de dezembro de 2028, bem como estabelece as disposições e modalidades de extinção e resgate antecipado da concessão e ainda as garantias que perduram para além do seu termo.

Na data de entrada em vigor da concessão foram transferidos para a Empresa, entre outros, um conjunto de lanços de autoestrada, equipamentos e instalações afetos, bem como pessoal e garantias associadas aos troços já construídos. Pela transferência dos lanços de autoestrada já em funcionamento a Empresa pagou um valor de 88.536.627 Euros (Nota 8).

Em 9 de outubro de 2001 entraram em exploração o lanço de autoestrada A8 – Caldas da Rainha/Marinha Grande (Este) e a totalidade da autoestrada A15 – Caldas da Rainha/Santarém. Em 28 de março de 2002 entrou em exploração o lanço Marinha Grande (Este)/Leiria, ficando assim concluída a construção dos lanços viários incluídos na concessão.

Os poderes de fiscalização do cumprimento das obrigações da Concessionária, emergentes do contrato de concessão, são exercidos pelo Ministério das Finanças nos aspetos de natureza económica e financeira e pelo Ministério da Economia e do Emprego nos demais.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos (“IFRIC 12”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, e não obstante se encontrar perdida a metade do seu capital social, sendo aplicável as disposições previstas nos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de capacidade para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que consideramos adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras da Empresa.

3.2 Ativos fixos tangíveis reversíveis

Em conformidade com o atual contrato de concessão, os bens diretamente relacionados com a atividade concessionada revertem, sem qualquer compensação, para o Estado no final dos respetivos contratos de concessão. Estes bens estão sujeitos ao regime de domínio público e estão afetos à atividade, podendo ser administrados livremente nesse âmbito, mas não no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Os ativos fixos tangíveis reversíveis são originalmente contabilizados pelo respetivo valor de custo de aquisição ou de construção, incluindo os custos indiretos que lhes sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os ativos fixos tangíveis reversíveis são depreciados pelo método da linha reta, por duodécimos, ao longo da sua vida útil estimada, como segue, tendo como limite a data de término do contrato de concessão:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 28
Equipamento de transporte	4
Equipamento básico	3 – 28
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos	4 – 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia líquida de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecida em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos fixos tangíveis não reversíveis

Os ativos fixos tangíveis não reversíveis são registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

São depreciados utilizando o método da linha reta ao longo de uma vida útil estimada, tal como para o caso dos ativos fixos tangíveis reversíveis.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas pelo método da linha reta durante a vida útil estimada dos ativos.

No caso particular do direito associado ao contrato de concessão, cujo custo corresponde aos valores pagos ao concedente, acrescido dos dispêndios suportados diretamente com a construção da infraestrutura, a amortização é efetuada no período que decorre até ao final do contrato de concessão.

3.5 Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa mais pequena a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações e depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas.

3.7 Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

3.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

Em particular são constituídas provisões para fazer face à obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura a um nível de serviço especificado, tendo por base os planos de intervenção programados correspondentes às repavimentações.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem, nomeadamente:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Outras dívidas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade, em cada data do relato, sempre que se observem indícios de que possam estar em imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da

quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10 Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

No que respeita ao serviço de construção, quando é possível estimar com fiabilidade a correspondente margem, os correspondentes gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato na data de relato. A percentagem de acabamento é determinada de acordo com as fases de realização dos trabalhos efetuados na obra. Quando não é possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato de construção, o rédito do contrato é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato incorridos que se espera recuperar. Os gastos do contrato são reconhecidos no exercício em que são incorridos. Quando é provável que os gastos do contrato vão exceder os seus rendimentos, a correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto.

Os juros e outros gastos e rendimentos similares são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados como ativos ou passivos.

3.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa anual de recuperação futura.

3.12 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com ativos que demorem um período de tempo substancial a estarem concluídos (incluindo ativos fixos tangíveis e intangíveis), são capitalizados fazendo parte integrante do custo do ativo.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas formulados pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Imparidades dos ativos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas. A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações;

- Vidas úteis de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual a Empresa espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica ou outros, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos em questão;

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de performance no futuro;

- Provisões

As provisões, em particular as relacionadas com a obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura a um nível de serviço específico, têm por base planos de intervenção programados. O momento e o custo das intervenções estimadas incorporam um grau de incerteza. A variação dos pressupostos considerados e a ocorrência de determinados eventos poderá conduzir a ajustamentos significativos ao valor da provisão.

3.14 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica era composta por:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	319.035,00	319.035,00
Depósitos à ordem	3.127.724,01	7.590.200,24
Caixa e seus equivalentes	3.446.759,01	7.909.235,24
Contas de reserva		
Depósitos à ordem	30.684,62	23.774.543,12
	30.684,62	23.774.543,12
Caixa e depósitos bancários	3.477.443,63	31.683.778,36

As contas de reserva resultam dos termos dos contratos de financiamento, que obrigam à manutenção de saldos de depósitos suficientes para fazer face ao próximo vencimento do serviço de dívida (Nota 17) e aos compromissos de investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa, mediante aditamento dos termos contratuais celebrados com as entidades financiadoras, alterou a forma da prestação daquelas garantias, de maneira a permitir que parte daquela responsabilidade fosse prestada mediante a apresentação de garantias bancárias constituídas exclusivamente para esse efeito. Assim, em 31 de dezembro de 2019, esta obrigação fica assegurada por Garantias Bancárias, conforme segue:

- Garantia bancária no valor de 9.500.000 Euros que assegura a reserva do serviço da dívida;
- Garantia bancária no valor de 14.936.800 Euros que assegura a reserva de investimento.

As contas de reserva não concorrem para o saldo de caixa e equivalentes constantes da Demonstração dos fluxos de caixa.

As contas de reserva, apresentam valores em depósitos à ordem, com a seguinte discriminação:

	31/12/2019	31/12/2018
	Dep. Ordem	Dep. Ordem
Reserva do serviço de dívida - BEI	6.599,15	9.469.843,94
Reserva de investimento	173,96	14.303.852,54
Outras	23.911,51	846,64
	30.684,62	23.774.543,12

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas e estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2018, apresentada para efeitos comparativos, nem foram identificados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

A 12 de dezembro de 2019 a estrutura acionista foi alterada tendo passado a Empresa a ter 5 accionistas.

O capital está totalmente subscrito e realizado, é composto por 11.000.000 acções com valor nominal de 5 Euros, detidas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações	% detida
Roadis Concessões de Portugal, S.A.	5.499.999	49,99999%
Roadis Transportation Holdings, S.L.U.	1	0,00001%
Via Oeste, SGPS, S.A.	5.499.998	49,99998%
BGI - Brisa Gestão de Infraestruturas, S.A.	1	0,00001%
Brisa O&M, S.A.	1	0,00001%
	11.000.000	100%

A Roadis Concessões Portugal, S.A. procedeu à alienação de uma ação a favor da sociedade Roadis Transportation holdings, S.L.U. e a Via Oeste, SGPS, S.A. alienou duas acções, uma acção à BGI, S.A. e outra acção à Brisa O&M, S.A..

O Conselho de Administração da AEA é composto por 4 elementos nomeados pela Roadis Concessões Portugal, S.A., e 4 elementos nomeados pela Via Oeste, S.A..

AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Euros)

Saldos e transações

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos e as transações efetuadas durante o período findo naquela data com empresas do grupo e relacionadas, são como segue:

EMPRESA	SALDOS				TRANSAÇÕES		
	Fornecedores	Financiamentos obtidos (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares (Nota 22)
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	71.745,90	-	-	-	-	699.960,00	-
Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	-	-	-	94.852,77	-	-	-
Brisa - O & M, S.A.	151.760,71	-	122.869,12	-	-	1.472.978,12	-
AToBe-Mobility Technology, SA	176.382,47	-	159.321,64	-	321.859,73	1.044.509,04	-
Brisa Engenharia e Gestão, S.A.	0,00	-	-	-	-	-	-
Brisal, S.A.	-	-	359.220,42	-	-	-	-
Via Verde Portugal, SA	-80.182,43	-	140.035,71	-	-	1.536.958,51	-
Controlauto, SA	31,43	-	-	-	-	336,92	-
Via Oeste, SGPS, S.A.	0,00	49.558.668,70	-	-	-	0,00	719.684,15
Roadis Portugal, S.A.	0,00	49.558.668,69	-	-	-	699.960,00	719.684,15
TOTAL	319.738,08	99.117.337,39	781.446,89	94.852,77	321.859,73	5.454.702,59	1.439.368,30

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos e as transações efetuadas durante o período findo naquela data com empresas do grupo e relacionadas, são como segue:

AEA - EMPRESAS DO GRUPO A 31-12-2018

EMPRESA	SALDOS				TRANSAÇÕES			
	Fornecedores	Financiamentos obtidos (Notas 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares (Nota 22)	Proveitos suplementares
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	71.745,90	-	-	-	-	696.398,15	-	-
Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	-	-	-	88.108,30	-	-	-	-
Brisa - O & M, S.A.	447.121,07	-	2.311,16	-	-	1.458.217,08	-	-
Brisa Inovação e Tecnologia, S.A.	123.229,85	-	96.774,16	-	205.894,25	1.088.762,37	-	-
Brisa Engenharia e Gestão, S.A.	1.897,28	-	-	-	-	4.627,50	-	-
Brisal, S.A.	-	-	338.704,96	-	-	-	-	-
Via Verde Portugal, S.A.	(186.572,23)	-	127.796,02	2.012,11	-	1.582.646,99	-	19.630,33
Controlauto, S.A.	-	-	-	-	-	327,67	-	-
Via Oeste, SGPS, S.A.	-	53.218.149,09	-	-	-	-	749.589,02	-
Roadis Portugal, S.A.	-	53.218.149,08	-	-	-	449.705,48	749.589,02	-
TOTAL	457.421,87	106.436.298,17	565.586,30	90.120,41	205.894,25	5.280.685,25	1.499.178,04	19.630,33

Remunerações dos órgãos da gestão

As remunerações dos órgãos sociais nos semestres findos em 31 de dezembro 2019 e 2018 foram:

	31/12/2019	31/12/2018
Conselho Fiscal	36.400,00	36.400,00
Presidente de Mesa da Assembleia Geral	2.000,00	2.000,00
	38.400,00	38.400,00

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis subdividem-se em reversíveis e não reversíveis, conforme revertam ou não para o Estado no final da Concessão, sem qualquer compensação.

Em conformidade com o atual contrato de concessão, os bens diretamente relacionados com a atividade concessionada revertem, sem qualquer compensação, para o Estado no final do contrato de concessão (ativos reversíveis). Estes bens estão sujeitos ao regime de domínio público e estão afetos à atividade da Empresa que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis reversíveis, durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi o seguinte:

2019	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo final
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	17.392.843,24	-	-	-	17.392.843,24
Equipamento básico	24.178.782,97	276.212,01	-	-	24.454.994,98
Equipamento de transporte	66.160,00	-	-	-	66.160,00
Equipamento administrativo	1.214.960,73	3.586,00	(9.082,06)	253,62	1.209.718,29
Outros ativos fixos	408.153,81	7.398,80	(934,26)	-	414.618,35
Total bruto	43.260.900,75	287.196,81	(10.016,32)	253,62	43.538.334,86
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	13.316.879,23	621.076,32	-	-	13.937.955,55
Equipamento básico	21.253.630,21	834.027,42	-	-	22.087.657,63
Equipamento de transporte	66.160,00	-	-	-	66.160,00
Equipamento administrativo	1.205.837,04	8.112,95	(9.082,06)	253,62	1.205.121,55
Outros ativos fixos	374.075,52	8.064,06	(934,26)	-	381.205,32
Total	36.216.582,00	1.471.280,75	(10.016,32)	253,62	37.678.100,05
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL LÍQUIDO	7.044.318,75				5.860.234,81
2018	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	17.392.843,24	-	-	-	17.392.843,24
Equipamento básico	23.766.830,37	408.509,83	(29.955,95)	33.398,72	24.178.782,97
Equipamento de transporte	66.160,00	-	-	-	66.160,00
Equipamento administrativo	1.233.584,80	295,16	(16.893,40)	(2.025,83)	1.214.960,73
Outros ativos fixos	379.586,46	28.567,35	-	-	408.153,81
Total	42.839.004,87	437.372,34	(46.849,35)	31.372,89	43.260.900,75
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	12.693.460,16	623.419,07	-	-	13.316.879,23
Equipamento básico	20.359.634,18	921.024,40	(29.955,95)	2.927,58	21.253.630,21
Equipamento de transporte	66.160,00	-	-	-	66.160,00
Equipamento administrativo	1.204.860,01	19.896,26	(16.893,40)	(2.025,83)	1.205.837,04
Outros ativos fixos	370.928,47	3.147,05	-	-	374.075,52
Total	34.695.042,82	1.567.486,78	(46.849,35)	901,75	36.216.582,00
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL LÍQUIDO	8.143.962,05				7.044.318,75

O equipamento básico reversível bruto a 31 de dezembro de 2019 e 2018, era composto dos seguintes itens ao custo de aquisição:

	2019	2018
Equipamento de sinalização e segurança	9.182.927,96	9.129.889,96
Equipamento de telecomunicações	1.768.877,89	1.768.877,89
Instalações eléctricas e iluminação	1.027.360,91	1.014.338,81
Equipamento de portagem	9.284.312,52	9.197.052,12
Equipamento de apoio à exploração	1.313.720,38	1.313.720,38
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	1.877.795,32	1.754.903,81
	24.454.994,98	24.178.782,97

Os ativos fixos tangíveis não reversíveis, tiveram durante os anos de 2019 e 2018, o seguinte movimento:

2019	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo final
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Equipamento administrativo	1.176.193,67	11.449,87	(4.950,00)	(253,62)	1.182.439,92
Outros ativos fixos	65.477,92	-	-	-	65.477,92
Ativo fixo tangível em curso		455.215,88	-	-	455.215,88
Total	1.241.671,59	466.665,75	(4.950,00)	(253,62)	1.703.133,72
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1.145.875,10	12.151,88	(4.950,00)	(253,62)	1.152.823,36
Outros ativos fixos	65.477,92	-	-	-	65.477,92
Total	1.211.353,02	12.151,88	(4.950,00)	(253,62)	1.218.301,28
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL LÍQUIDO	30.318,57				484.832,44
2018	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo final
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Equipamento administrativo	1.216.087,80	15.413,56	(54.405,94)	(901,75)	1.176.193,67
Outros ativos fixos	65.753,42	-	(275,50)	-	65.477,92
Ativo fixo tangível em curso	30.471,14	-	-	(30.471,14)	0,00
Total	1.312.312,36	15.413,56	(54.681,44)	(31.372,89)	1.241.671,59
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1.184.825,36	16.357,43	(54.405,94)	(901,75)	1.145.875,10
Outros ativos fixos	65.753,42	-	(275,50)	-	65.477,92
Total	1.250.578,78	16.357,43	(54.681,44)	(901,75)	1.211.353,02
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL LÍQUIDO	61.733,58				30.318,57

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos intangíveis tiveram o seguinte movimento:

2019	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo final
ATIVO INTANGÍVEL					
Ativo bruto					
Software informático	640.476,74	-	-	-	640.476,74
Direito contratual	<u>529.326.032,31</u>	<u>14.670,00</u>	<u>(6.206,02)</u>	-	<u>529.334.496,29</u>
Total bruto	<u>529.966.509,05</u>	<u>14.670,00</u>	<u>(6.206,02)</u>	-	<u>529.974.973,03</u>
Amortizações acumuladas					
Software informático	634.810,10	5.666,66	-	-	640.476,76
Direito contratual	<u>333.322.866,16</u>	<u>19.765.906,97</u>	<u>(3.064,58)</u>	-	<u>353.085.708,55</u>
Total	<u>333.957.676,26</u>	<u>19.771.573,63</u>	<u>(3.064,58)</u>	-	<u>353.726.185,31</u>
ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	<u>196.008.832,79</u>				<u>176.248.787,72</u>

2018	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo final
ATIVO INTANGÍVEL					
Ativo bruto					
Software informático	640.476,76	-	-	-	640.476,76
Direito contratual	<u>529.326.032,29</u>	-	-	-	<u>529.326.032,29</u>
Total bruto	<u>529.966.509,05</u>	-	-	-	<u>529.966.509,05</u>
Amortizações acumuladas					
Software informático	629.143,43	5.666,67	-	-	634.810,10
Direito contratual	<u>313.556.906,38</u>	<u>19.765.959,78</u>	-	-	<u>333.322.866,16</u>
Total	<u>314.186.049,81</u>	<u>19.771.626,45</u>	-	-	<u>333.957.676,26</u>
ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	<u>215.780.459,24</u>				<u>196.008.832,79</u>

Tal como referido na Nota Introdutória, com a entrada em vigor da concessão foram transferidos para a Empresa um conjunto de lanços de autoestrada, equipamentos e instalações afetos aos troços já construídos aos quais foi atribuído um valor de 88.536.627 Euros, e que passaram a ser designados de Infraestrutura inicial, fazendo parte do direito contratual.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor bruto dos ativos intangíveis correspondente ao direito contratual apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pavimentos e equipamentos conexos	236.484.812,28	236.484.812,26
Obras de arte e equiparadas	171.436.783,63	171.436.783,63
Infraestrutura inicial (Nota 1)	88.536.626,73	88.536.626,73
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	3.853.765,05	15.117.721,49
Equipamento de telecomunicações	3.243.794,37	3.853.765,05
Instalações eléctricas e iluminação	15.117.721,49	3.243.794,37
Equipamento de sinalização	<u>10.646.322,74</u>	<u>10.652.528,76</u>
	<u>529.319.826,29</u>	<u>529.326.032,29</u>
Imobilizado em curso intangível		
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Alargamento Ramo A8/A21 S/N	14.670,00	-
	<u>14.670,00</u>	-
Imobilizado intangível	<u>529.334.496,29</u>	<u>529.326.032</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%. O referido imposto pode ser incrementado pela Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável.

Para o exercício de 2019, a taxa nominal de imposto poderia variar entre 22,5% e 31,5%, dependendo do valor de lucro tributável (“LT”) apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

Taxas de IRC	21%
Derrama municipal	1,50%
Derrama estadual	
LT mais de 1.500.000 até 7.500.000	3%
LT mais de 7.500.000 até 35.000.000	5%
LT superior a 35.000.000	9%

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) apurados em períodos de tributação iniciados em ou após janeiro de 2017 é de cinco períodos de tributação. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não tem prejuízos fiscais reportáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2014 a dedução do PFR passa a estar limitada a 70% do lucro tributável independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

Impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento contabilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos. São apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, quando exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, dizem respeito à provisão para obras de repavimentação, cujos movimentos foram:

Movimentos nos ativos por impostos diferidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	6.053.862,44	5.773.263,26
Movimento do período:		
Provisão para obras de repavimentação	1.094.095,31	280.599,18
	-	-
Saldo final	7.147.957,75	6.053.862,44

Reconciliação da taxa de imposto:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes de impostos	26.923.032,51	21.954.173,48
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	5.653.836,83	4.610.376,43
Diferenças temporárias		
Provisão para obras de repavimentação (i)	3.664.920,80	1.060.866,00
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	769.633,37	222.781,86
Diferenças permanentes:		
Quotizações	(17.410,00)	(17.240,17)
Outras situações	(174,86)	5.800,93
	(17.584,86)	(11.439,24)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	(3.692,82)	(2.402,24)
Ajustamentos à coleta (ii)	25.544,55	25.028,60
Derrama Municipal	458.555,53	345.051,49
Derrama Estadual	1.333.518,42	955.180,04
Imposto do exercício	8.237.395,88	6.156.016,18
Imposto corrente (Nota 13)	8.237.395,89	6.156.016,18
Imposto diferido	(1.094.095,31)	(280.599,18)
	7.143.300,58	5.875.417,00

(i) Este montante inclui os reforços, reversões e utilizações da rubrica de provisões (Nota 15).

(ii) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas com viaturas ligeiras de passageiros.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2019 e 2018, era a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	6.549,57	4.549,96
Devedores por acréscimo de rendimentos (i)	433.697,17	444.872,35
Débitos diversos	5.368,03	9.519,07
Exploração conjunta (ii):		-
Brisa - Concessão Rodoviária, S.A.	94.852,77	88.108,30
Ascendi Grande Lisboa, S.A.	55.139,53	49.925,63
IP- Infraestruturas de Portugal, S.A.	106.606,36	74.933,95
	702.213,43	671.909,26

(i) Estes saldos referem-se, essencialmente, a rendas das áreas de serviço, ainda não faturados.

(ii) Os valores relativos a Exploração conjunta, correspondem a receitas da Empresa cobradas por outras concessionárias.

A rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, saldos com partes relacionadas nos montantes de 94 852,77 Euros e 90 120,41 Euros, respetivamente (Nota 6).

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os diferimentos ativos tinham a seguinte composição:

Activos	31/12/2019	31/12/2018
Seguros	338.168,45	305.672,08
Outros gastos a reconhecer	108.288,59	36.606,17
Custos com Garantias bancárias (i)	213.978,75	-
	660.435,79	342.278,25

(i) Este saldo é referente ao custo com as garantias bancárias em substituição das contas de reserva (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os diferimentos passivos correntes e não correntes referem-se, essencialmente, a rendas das Áreas de serviço, recebidas antecipadamente.

12. CLIENTES

As principais rubricas de clientes, 31 de dezembro de 2019 e 2018, eram relativas a:

	31-12-2019	31/12/2018
Portagens	5.975.949,35	5.393.771,35
Assistência a utentes	63.166,81	61.051,80
Áreas de serviço	72.896,60	38.537,72
Diversos	(425,11)	(425,11)
	6.111.587,65	5.492.935,76
Imparidades	(2.055.975,40)	(1.974.551,12)
	4.055.612,25	3.518.384,64

As perdas por imparidades apresentavam os seguintes movimentos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.974.551,12	1.910.826,49
Reversão	-	-
Utilização	-	-
Reforço	81.424,28	63.724,63
Saldo final	2.055.975,40	1.974.551,12

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2.482.488,02	2.683.168,40
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.316.670,99	2.093.975,27
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	61.954,19	59.984,00
Contribuições para a Segurança Social	100.650,78	98.956,69
	4.961.763,98	4.936.084,36

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o saldo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas compõe-se como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Retenções na fonte	(486.445,67)	(188.286,01)
Pagamento especial por conta	-	(30.581,24)
Pagamento adicional por conta	(847.656,00)	(470.640,00)
Pagamento por conta	(4.420.806,21)	(2.783.340,53)
Estimativa de imposto do exercício de 2019 (Nota 9)	8.237.395,89	6.156.016,18
	2.482.488,01	2.683.168,40

14. CAPITAL E RESERVAS

A Empresa, face às características da atividade de concessão de autoestradas, apresentou um período de resultados líquidos negativos, tal como previsto no plano de negócios aprovado. Por esta razão, em 31 de dezembro de 2019, e apesar dos resultados líquidos positivos obtidos nos últimos exercícios, os capitais próprios ainda são inferiores a 50% do capital social, o que sujeita a Empresa às disposições do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Atendendo a que:

- os cash flows previstos libertar pela operação são suficientes para fazer face aos compromissos da Empresa;
- o referido plano de negócios aprovado suporta a reversão daquela situação, por via dos resultados futuros previstos, sendo expectável que a Empresa deixe de ficar abrangida pelas disposições do referido artigo 35º em 2020;
- nos termos do Contrato de Concessão estão previstos mecanismos de regularização do equilíbrio financeiro da Empresa no sentido de assegurar a continuidade das suas operações e o Conselho de Administração considera que a Empresa dispõe de recursos para manter a sua atividade, sendo adequado o uso do pressuposto da continuidade.

Capital realizado: Em 31 de dezembro de 2019, o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado, e era composto por 11.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em dezembro 2019 a estrutura accionista da empresa foi alterada. Os accionistas da empresa são cinco, nomeadamente, Roadis Concessões Portugal, S.A., Roadis Transportation holdings, S.L.U., Via Oeste, SGPS, S.A., BGI, S.A. e Brisa O&M, S.A..

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do lucro tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2017: Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 7 de março de 2018 foi deliberada a transferência do resultado líquido positivo do exercício de 2017 para resultados transitados.

Aplicação de resultados de 2018: Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de abril de 2019 foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2018 para resultados transitados.

Outras variações do capital próprio: A rubrica de outras variações do capital próprio é composta pelos subsídios do governo que, de acordo com o normativo contabilístico em vigor, são inicialmente reconhecidos em capital próprio.

15. PROVISÕES

A provisão registada reflete a obrigação contratual da Empresa de manter e repor a infraestrutura a um nível de serviço especificado nos termos do Contrato de Concessão, nomeadamente através da realização de obras de repavimentação.

Esta provisão é constituída ao longo do período que medeia entre a ocorrência das referidas intervenções, por contrapartida de um gasto operacional, com base no valor presente do gasto estimado a incorrer em cada momento.

O movimento das provisões, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi como segue:

	31-12-2019		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	2.121.283,09	21.259.652,83	23.380.935,92
Transferencias	3.499.444,35	(3.499.444,35)	-
Utilização	(2.134.176,57)	-	(2.134.176,57)
Reversões	(2.691.506,43)	(425.538,23)	(3.117.044,66)
Aumentos	1.461.436,68	7.454.705,31	8.916.143,27
	<u>2.256.479,84</u>	<u>24.789.376,83</u>	<u>27.045.857,96</u>

	31/12/2018		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	6.355.517,28	15.964.552,97	22.320.070,25
Transferencias	3.675.442,21	(3.675.442,21)	-
Utilização	(3.480.182,67)	-	(3.480.182,67)
Reversões	(6.095.818,19)	(476.813,90)	(6.572.632,09)
Aumentos	1.666.324,46	9.447.355,96	11.113.680,42
	<u>2.121.283,09</u>	<u>21.259.652,83</u>	<u>23.380.935,92</u>

De referir que no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram revistas as projeções de investimentos relativos às referidas intervenções, tendo em conta o âmbito da intervenção e a data em que as mesmas serão realizadas atendendo às condições das vias. Este plano é suportado pelo entendimento dos consultores técnicos da Empresa e, foi aprovado pelo Conselho de Administração.

A provisão é sujeita a atualização financeira em cada data de relato financeiro, por contrapartida de um gasto financeiro, sendo a taxa de atualização correspondente à taxa de financiamento contratada.

De realçar que o reforço da provisão tem duas componentes, correspondentes à dotação de cada período e à atualização financeira da posição constituída:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Dotação do período	7.671.197,25	9.809.021,53
Actualização financeira (Nota 22)	1.244.946,02	1.304.658,89
	<u>8.916.143,27</u>	<u>11.113.680,42</u>

A 31 de dezembro de 2019, a Empresa está envolvida em diversos processos judiciais ascendendo os valores das respetivas ações a, aproximadamente, 8.448.283 Euros, valor que inclui um processo em que AEA é demandada apenas subsidiariamente e onde se pretende a condenação da Infraestruturas de Portugal num montante mínimo de 3.542.000 Euros. Atendendo (i) aos pedidos de indemnização em que se consubstanciam aquelas ações, (ii) à cobertura assegurada pelas seguradoras nalguns casos e (iii) à responsabilidade primária de terceiros noutros casos, e portanto subsidiária da AEA, a responsabilidade máxima de AEA ascende a, aproximadamente, 141.161 Euros. É entendimento do Conselho de Administração que das mesmas não resultarão para a Empresa quaisquer responsabilidades que não estejam devidamente refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

16. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi actualizada a garantia bancária a favor do Estado português para o montante de 5 529 078 Euros e 5 477 956 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativamente ao empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi actualizada a garantia bancária para o montante de 34 880 937 Euros e 51 356 232 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa solicitou a emissão de duas garantias bancárias

para assegurar a conta de reserva do serviço da dívida e de investimento, nos montantes de 9.500.000 Euros e 14.936.800 Euros, respetivamente, que têm como beneficiário a Caixa Geral de Depósitos .

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição dos financiamentos obtidos era a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos						
Capital						
BEI (i)	16.653.999,43	17.777.157,00	34.431.156,43	15.994.419,78	34.880.936,85	50.875.356,63
Stand-by (ii)	-	-	-	45.429.223,70	-	45.429.223,70
	<u>16.653.999,43</u>	<u>17.777.157,00</u>	<u>34.431.156,43</u>	<u>61.423.643,48</u>	<u>34.880.936,85</u>	<u>96.304.580,33</u>
Suprimentos (iii)						
Capital	-	90.404.098,60	90.404.098,60	-	69.113.561,32	69.113.561,32
Juros	-	8.713.238,79	8.713.238,79	-	37.322.736,85	37.322.736,85
	<u>-</u>	<u>99.117.337,39</u>	<u>99.117.337,39</u>	<u>-</u>	<u>106.436.298,17</u>	<u>106.436.298,17</u>
TOTAL	16.653.999,43	116.894.494,39	133.548.493,82	61.423.643,48	141.317.235,02	202.740.878,50

Plano de pagamentos do BEI:

Corrente:

Encargos	(449.780,42)
1º semestre 2020	8.473.578,65
2º semestre 2020	8.630.201,20
	<u>16.653.999,43</u>

Não corrente:

1º semestre 2021	8.801.787,68
2º semestre 2021	8.975.369,32
	<u>17.777.157,00</u>
	<u>34.431.156,43</u>

- i) O empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento (EIB – *Facility Agreement*) é composto por três tranches, que vencem juros às taxas anuais de 4,94%, 5,07% e 0,881% respetivamente.
- ii) Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa tinha liquidado a totalidade do empréstimo StandBy, que vencia juros à taxa euribor a um mês acrescida de um spread de 2,5%.

A 16 de dezembro de 2019 houve uma entrada de suprimentos no valor de 21 290 537 Euros. Em maio e dezembro de 2019 foram amortizados 19.219.866 Euros e 10.829.000 Euros de juros de suprimentos, respetivamente. Os suprimentos foram concedidos e distribuídos em partes iguais por cada um dos acionistas.

O capital em dívida em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascendia a 90.404.099 Euros e 69.113.561 Euros, ao qual acresciam 8 713 239 Euros e 37 322 737 Euros respetivamente, correspondentes a juros à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de 1,5% até 15 de dezembro de 2019, e de 4,5% a partir de 16 de dezembro de 2019 (Nota 6).

É expectativa da Empresa que o reembolso destes montantes ocorra a médio e longo prazo.

Face ao exigido por alguns contratos de financiamento a Empresa assegura às entidades financiadoras, pelo conjunto dos depósitos das contas de reserva e garantias bancárias, o

cumprimento do próximo vencimento do serviço da dívida e dos compromissos de investimento (Nota 4).

A Empresa, em 31 de dezembro de 2019, encontra-se em cumprimento de todos os *covenants* associados aos contratos de financiamento.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	672.026,43	662.888,75
Fornecedores de investimento	909.030,48	355.844,71
Credores por acréscimo de gastos		
Custos financeiros	58.414,12	79.485,50
Custos administrativos	48.486,97	37.519,41
Custos técnicos	889.224,30	655.705,75
Outros acréscimos de custos	43.639,99	57.974,20
	1.039.765,38	830.684,86
Exploração conjunta -Brisal-Auto-estradas do Litoral, S.A.	359.220,42	338.704,96
	2.980.042,71	2.188.123,28

As rubricas de outras dívidas a pagar incluem saldos com empresas do grupo e relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de 781 447 Euros e 565 586 Euros, respetivamente (Nota 6).

19. RÉDITO

As vendas e serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tiveram a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Portagens	74.282.901,27	70.205.498,52
Áreas de serviço	2.373.363,70	1.372.591,31
Assistência a utentes	7.696,66	8.408,35
Descontos e abatimentos	(149.644,76)	(86.418,28)
	76.514.316,87	71.500.079,90

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, era o seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Subcontratos	5.497.158,51	5.911.011,64
Serviços especializados	5.893.819,65	5.045.568,17
Materiais	47.514,77	65.498,48
Energias e fluídos	482.014,49	520.510,97
Deslocações e estadas	13.986,99	20.514,03
Serviços diversos	947.719,75	878.128,38
	-	
	12.882.214,16	12.441.231,67

A rubrica de fornecimentos e serviços externos inclui transações com empresas do grupo e relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de 5 454 703 Euros e 5 280 685 Euros, respetivamente (Nota 6).

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, era detalhada como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração dos órgãos sociais (Nota 6)	38.400,00	38.400,00
Remuneração do pessoal	4.187.297,72	4.127.922,48
Indemnizações	196.300,00	109.300,00
Encargos sobre remunerações	930.400,78	914.653,46
Seguro acidentes de trabalho	41.283,24	39.839,54
Gastos de ação social	101.947,79	133.486,54
Outros gastos com o pessoal	22.727,93	16.269,03
	5.518.357,46	5.379.871,05

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 157 e 161, respetivamente.

22. JUROS E GASTOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os juros e gastos similares suportados detalham-se como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Juros suportados		
Juros de empréstimos	2.855.020,65	3.820.043,80
Juros de suprimentos	1.439.368,30	1.499.178,04
Outros juros	59,38	120,66
	4.294.448,33	5.319.342,50
Atualização financeira - provisão IFRIC 12 (Nota 15)	1.244.946,02	1.304.658,89
Gastos financeiros com empréstimos	1.131.368,48	1.488.469,85
Outros gastos financeiros	0,13	35,98
	6.670.762,96	8.112.507,22

A rubrica de juros e gastos similares suportados inclui transações com empresas do grupo e relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de 1.439.368 Euros e 1.499 178 Euros, respetivamente (Nota 6).

23. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros rendimentos decompunha-se do seguinte modo:

	31/12/2019	31/12/2018
Portagens suplementares (multas, taxas máximas)	820.062,87	710.037,54
Indemnizações de acidentes	534.624,17	289.374,96
Indemnizações de Seguro Obras	110.371,12	72.473,88
Outros rendimentos e ganhos	101.106,33	152.775,22
	1.566.164,49	1.224.661,60

24. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros gastos decompunha-se do seguinte modo:

	31/12/2019	31/12/2018
Taxas e impostos indirectos	987,44	408,14
Tarifas da SIEV	130.266,17	118.674,29
Indemnizações de acidentes	34.260,00	39.207,86
Quotizações	28.231,56	34.480,33
Outros	1.787,25	8.848,87
	195.532,42	201.619,49

25. RESULTADO POR AÇÃO

O Resultado por ação básico exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi determinado conforme segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Resultado Líquido do período	19.779.731,93	16.078.756,48
Número de ações em circulação	11.000.000,00	11.000.000,00
Resultado por ação básico	1,80	1,46

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiram quaisquer efeitos diluidores, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO